



PREFEITURA MUNICIPAL
FLORESTAL
ESTADO DE MINAS GERAIS

PREGÃO
ELETRÔNICO
008/2025

CONTRATANTE (UASG)

Prefeitura Municipal de Florestal/MG (984519)

OBJETO

A contratação da prestação de serviço especializado de engenharia de segurança, medicina do trabalho e saúde ocupacional dos serviços públicos municipais, atendendo as necessidades da Divisão de Recursos Humanos – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 304.505.11

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **08/04/2025** às **09:00h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

Sumário

2.	<u>DO OBJETO</u>
3.	<u>DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO</u>
4.	<u>DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u>
5.	<u>DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA</u>
6.	<u>DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES</u> ...
7.	<u>DA FASE DE JULGAMENTO</u>
8.	<u>DA FASE DE HABILITAÇÃO</u>
9.	<u>DOS RECURSOS</u>
10.	<u>DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES</u>
11.	<u>DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO</u>
12.	<u>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</u>



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL 008/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

Processo Licitatório nº010/2025

1. Torna-se público que o município de Florestal/MG , por meio da Prefeitura Municipal de Florestal - setor de licitações, sediada na Rua Benedito Valadares, nº 243, centro, Florestal/MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 107 de 22 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço especializado de engenharia de segurança, medicina do trabalho e saúde ocupacional dos servidores públicos municipais, atendendo as necessidades da Divisão de Recursos Humanos – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer este último.

1.2.1 ATENÇÃO: Nos casos em que o item descrito em compras.gov.br/ CATMAT não corresponda ao descrito neste Edital, prevalece o item descrito no Edital, pois não foi encontrado código compatível no CATMAT.

2.3. A licitação será realizada em único item.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação..
- 3.5. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- 3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 8.1 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (SE HOUVER DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO SISTEMA COMPRASGOV, PREVALECERÁ O PREVISTO NO SISTEMA COMPRASGOV).

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, comissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado ou da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL ESTADO DE MINAS GERAIS

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 10 (dez reais)
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2 Empresas brasileiras;

6.21.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.21.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.4 e 3.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo **de 02(duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.florestal.mg.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. Fraudar a licitação

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: pregao@florestal.mg.gov.br e/ ou licitacao@florestal.mg.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.florestal.mg.gov.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Florestal, 06 de março de 2025

Willian Carlos da Silva
Secretário de Administração e Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços, especializado de engenharia de segurança, medicina do trabalho e saúde ocupacional dos servidores públicos municipais, atendendo às necessidades da Divisão de recursos Humanos – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	UN.	QTDE	DISCRIMINAÇÃO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1.	Serv.	1	SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO Elaboração do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. O documento será apresentado de forma impressa e digital.	R\$ 7.040,00	R\$ 7,040,00
2.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO Elaboração do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. O documento deve ser apresentado de forma impressa e digital.	R\$ 8.673,33	R\$ 8.673,33
3.	Serv.	1	LAUDO TÉCNICO Elaboração do LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho). O documento será apresentado de forma impressa e digital.	R\$ 16.914,00	R\$ 16.914,00
4.	Serv.	1	LAUDO TÉCNICO Elaboração de Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP	R\$ 7.833,33	R\$ 7.833,33
5.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO Análise Ergonômica do Trabalho	R\$ 25.140,00	R\$ 25.140,00
6.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO Relatório de Necessidades de Placa de Sinalização	R\$ 8.966,66	R\$ 8.966,66
7.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO Elaboração de uma Ordem de Serviço de Segurança (OSS) seguindo as recomendações mínimas destacadas pela NR 01 (Disposições Gerais) e NR 06 (Equipamento de Proteção Individual – EPI), publicadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.	R\$ 4.266,66	R\$ 4.266,66
8.	Serv.	600	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO - PROCESSAMENTO DE DADOS Lançamento dos dados obtidos de todos os servidores no módulo SST do eSocial, conforme legislação vigente), e envio dos eventos S-2240 – eSocial;	R\$ 17,50	R\$ 10.500,00
9.	Serv.	650	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional –	R\$ 24,8333	R\$ 16.141,64



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

			ASO (Admissional, Demissional, Mudança de Risco, Periódico e Afastamento/Retorno ao Trabalho), e envio dos eventos S-2220 - eSocial;		
10.	Serv.	50	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Preenchimento de Comunicado de Acidente do Trabalho CAT), e envio dos eventos S-2210 – eSocial;	R\$ 59,66	R\$ 2,983,33
11.	Serv.	325	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário, conforme legislação vigente;	R\$ 133,33	R\$ 43,333,32
12.	Serv.	120	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Homologação de Atestados e Perícias Médicas	R\$ 280,00	R\$33.600,00
13.	Serv.	50	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Lançamento dos dados obtidos de todos os servidores no módulo SST do eSocial, conforme legislação vigente), e envio dos eventos S-2221 – eSocial;	R\$77,50	R\$3.875,00
14.	Serv.	50	EXAME LABORATORIAL Toxicológico	R\$246,33	R\$12,316,66
15.	Serv.	5	EXAME LABORATORIAL Ácido hipúrico	R\$30,33	R\$151,66
16.	Serv.	5	EXAME LABORATORIAL Ácido Metil Hipúrico	R\$30,33	R\$151,66
17.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL Anti-HBS	R\$42,23	R\$4.223,33
18.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL Anti-HVC	R\$57,33	R\$5.733,33
19.	Serv.	600	EXAME LABORATORIAL Glicemia em Jejum	R\$14,03	R\$8.421,96
20.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL HBSAG	R\$40,00	R\$4.000,00
21.	Serv.	600	EXAME LABORATORIAL Hemograma Completo	R\$16,94	R\$10.164,00
22.	Serv.	80	EXAME LABORATORIAL Micológico de unha	R\$27,66	R\$2.213,32
23.	Serv.	60	EXAME LABORATORIAL Parasitológico de fezes	R\$13,32	R\$799,39
24.	Serv.	80	EXAME LABORATORIAL Urina rotina	R\$13,99	R\$1.119,20
25.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL VDRL	R\$15,23	R\$1.523,33
26.	Serv.	200	Acuidade Visual	R\$33,00	R\$6.600,00
27.	Serv.	100	Audiometria	R\$44,00	R\$4.400,00
28.	Serv.	100	Eletrocardiograma	R\$43,66	R\$4.366,66



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

29.	Serv.	100	Eletroencefalograma	R\$59,00	R\$5.900,00
30.	Serv.	70	Espirometria	R\$49,66	R\$3.476,66
31.	Serv.	70	RX do Tórax OIT	R\$61,00	R\$4.270,00
32.	Serv.	70	Teste de Romberg	R\$28,66	R\$2.006,66
33.	Serv.	600	Exame Clínico	R\$55,66	R\$33.399,96
VALOR TOTAL				304.505,11	

1.2. O (s) serviço (s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. A Licitação será realizada com 01 (um) lote, contendo em sua totalidade em 33 (trinta e três) itens.

1.6. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATSERV e a do edital/termo de referência, prevalecerá a descrição constante no edital/termo de referência.

1.7. A administração fica dispensada de adquirir em sua totalidade os itens, uma vez que, não tem como prever a rotatividades de servidores, nos seus admissionais, retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais.

2. JUSTIFICATIVA DE LICITAÇÃO POR LOTE:

2.1. O julgamento da licitação deverá ser por lote único para melhor gestão do contrato pois os serviços serão executados por um único fornecedor, tendo em vista a complexidade de realizar a divisibilidade do objeto da licitação por tratar-se de prestação de serviços. O § 3º do art. 3º da IN nº 2/08 prevê, excepcionalmente, a possibilidade de a Administração instaurar licitação global, em que serviços distintos são agrupados em um único lote, desde que essa condição, de forma comprovada e justificada, decorra da necessidade de inter-relação entre os serviços contratados, do gerenciamento centralizado ou implique vantagem para a Administração uma vez que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia da escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes.

2.2. A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, em único lote justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Somado a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica, de sobremaneira, dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços.

2.3. Contata-se ainda outra situação a considerar importante para que a execução dos serviços fique sob responsabilidade de uma única contratada, seria agilidade na prestação dos serviços e reduzir os gastos desnecessário no deslocamento do funcionário e pela prefeitura.

2.4. A licitação por lote se justifica para que o serviço prestado seja de máxima qualidade, garantindo sua eficiência e integralidade do objeto devido a sua natureza complexa.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade:

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.2. Subcontratação

5.2.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, especificamente para os itens 14 a 25, desde que o valor destes não ultrapasse 50% do valor do contrato.

5.3. Garantia da contratação:

5.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5.4. Vistoria:

5.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de execução:

6.1.1. O início da prestação do serviço, objeto deste certame, ocorrerá imediatamente após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços emitida pelo CONTRATANTE.

6.1.2. A execução dos serviços deverá ser iniciada conforme demanda do município a partir da assinatura do contrato.

6.1.3. Deverá a CONTRATADA entregar, em um prazo de 5 (cinco) dias úteis um cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas referentes ao PGR, PCMSO, LTCAT, LTIP, análise ergonômica de trabalho e relatório de necessidade de placa, seus respectivos prazos, a partir da data de assinatura do contrato. O cronograma deve contemplar e assegurar a execução desses serviços no prazo máximo de 30(trinta) dias.

6.1.4. Os serviços serão prestados de acordo com a necessidade e disponibilidade de mão de obra da prefeitura.

6.2. Rotinas a serem cumpridas:

6.2.1. O atendimento a demanda apresentada deve ser feito em um raio de 40 Km do município de Florestal.

6.2.1.1. A comprovação da distância para o atendimento deverá ser realizada no momento da apresentação da proposta, por meio de documento oficial ou outro meio idôneo que ateste a quilometragem.

6.2.2. Os serviços deverão ser realizados com o devido acompanhamento da Divisão de Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

6.2.3. *PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.*

6.2.3.1. Elaborar, atualizar e coordenar conforme as normas regulamentadoras, bem como as obrigações do e Social.

6.2.3.2. Deve obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano.

6.2.3.3. Deverá constar:

6.2.3.3.1. Determinação de exames médicos ocupacionais e complementares, visando a emissão de ASO – Atestado de Saúde Ocupacional;

6.2.3.3.2. Definição das regras de acompanhamento e controle do estado clínico ocupacional dos servidores;

6.2.3.3.3. Quais exames médicos devem ser feitos e seus respectivos exames complementares, especificando ainda a periodicidade de cada exame nas situações de ASO Admissional, Demissional, Periódico, Retorno ao Trabalho, e Mudança de Função;

6.2.4. *PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais*

6.2.4.1. Elaborar, atualizar e coordenar. Deverá ser elaborado de acordo com a legislação vigente.

6.2.4.2. Para a elaboração:



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 6.2.4.2.1. Deverá ser observado a antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de riscos ambientais.
- 6.2.4.2.2. Deverá conter a descrição e quantificação de riscos assim com a minimização ou neutralização pelo uso de EPC – Equipamento de Proteção Coletiva – ou EPI – Equipamento de Proteção Individual –, caracterizando se as atividades das funções analisadas são insalubres ou perigosas, bem como a definição do grau de insalubridade.
- 6.2.4.2.3. Deverá conter o Cronograma de Ações.
- 6.2.4.2.4. Deverá ser revisado sempre que necessário e de acordo com o prazo previsto na legislação vigente, devendo ser feito a análise global, avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de metas e prioridades.
- 6.2.5. *LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho*
- 6.2.5.1. Elaborar, atualizar e coordenar.
- 6.2.5.2. Deverá ser emitido por Engenheiro de Segurança do trabalho e/ou Médico do Trabalho, devidamente qualificado, para fins de comprovação de agentes nocivos, prejudiciais à saúde ou a integridade física, conforme normas regulamentadoras e outras legislações aplicáveis.
- 6.2.5.3. Deverá proceder com a devida atualização sempre que houver alteração nas atividades do cargo/função e do local de trabalho e quando da admissão de novos cargos, sempre conforme o previsto na legislação vigente;
- 6.2.5.4. O LTCAT deve ser composto por laudos setoriais para fins de comprovação da exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou integridade física do servidor, devendo conter:
- 6.2.5.4.1. A identificação do fator de risco:
- 6.2.5.4.1.1. Riscos Físicos: ruídos, vibrações, radiações, frio, calor, umidade, pressões anormais, umidade, etc;
- 6.2.5.4.1.2. Riscos Químicos: poeiras, gases, vapores, fumos, neblinas, névoas, substâncias, compostas ou produtos químicos, etc;
- 6.2.5.4.1.3. Riscos Biológicos: vírus, bactérias, fungos, parasitas, protozoários, bacilos e etc;
- 6.2.5.4.1.4. Riscos Ergonômicos: esforços físicos, exigência de postura inadequada, trabalho noturno, transporte manual de peso, repetitividade, exposição de ritmos excessivos, etc;
- 6.2.5.4.1.5. Riscos de Acidentes: choque, trabalho em altura, acidente de trânsito, Máquinas e equipamentos com proteção inadequada, produtos inflamáveis, radiações ionizantes ou substâncias radioativas, animais peçonhentos, etc.
- 6.2.5.4.2. A determinação e localização das possíveis fontes geradoras;
- 6.2.5.4.3. A identificação das possíveis trajetórias e dos meios de propagação dos agentes no ambiente de trabalho;
- 6.2.5.4.4. A identificação das funções e determinação do número de trabalhadores expostos;
- 6.2.5.4.5. A caracterização das atividades e do tipo da exposição aos agentes físicos, químicos e biológicos, bem como, aos agentes perigosos;
- 6.2.5.4.6. A obtenção de dados existentes na empresa, indicativos de possível comprometimento da saúde decorrente do trabalho;
- 6.2.5.4.7. A descrição das medidas de controle já existentes e a serem implantadas;
- 6.2.5.4.8. Determinação da caracterização de aposentadoria especial;
- 6.2.5.4.9. A quantificação dos agentes nocivos;
- 6.2.5.4.10. A descrição e quantificação de riscos, minimização ou neutralização pelo uso de EPC – Equipamento de Proteção Coletiva ou EPI – Equipamento de Proteção Individual (com CA's ativos);
- 6.2.5.4.11. O reconhecimento dos riscos ambientais;
- 6.2.5.4.12. A avaliação e controle de riscos ambientais;
- 6.2.5.4.13. A conclusão de exposição a riscos ambientais;
- 6.2.5.4.14. A Norma Regulamentadora 15 do Ministério do Trabalho, que trata das atividades e operações insalubres;
- 6.2.5.4.15. A Norma Regulamentadora 16 – NR 16, do Ministério do Trabalho, que trata das atividades e operações perigosas;
- 6.2.5.4.16. Medição dos agentes nocivos identificados devem ser através de equipamentos adequados e devidamente calibrados.
- 6.2.5.5. As ações do LTCAT contemplam, minimamente, os seguintes serviços:



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 6.2.5.5.1. Descrição e análise detalhada de cada atividade exercida, do ambiente de trabalho e das máquinas e equipamentos utilizados pelos agentes públicos no exercício de sua função;
- 6.2.5.5.2. Identificação do setor, da função e da atividade;
- 6.2.5.5.3. Identificação de agente nocivo capaz de causar danos à saúde e integridade física, arrolado na Legislação Previdenciária;
- 6.2.5.5.4. Localização das possíveis fontes geradoras, via de exposição e periodicidade de exposição ao agente nocivo;
- 6.2.5.5.5. Identificação dos respectivos riscos ocupacionais e seus agentes nocivos, expressando a extensão dos trabalhos executados, abrangendo a caracterização das ocorrências de trabalhos em condições insalubres ou perigosas, nos termos das NRs 15 e 16, da Portaria MTE 3.214/1978 e Decreto nº 93.421/1986 e IN INSS 77/2015;
- 6.2.5.5.6. Medições dos agentes nocivos identificados, com equipamentos adequados e devidamente calibrados, bem como análises laboratoriais.
- 6.2.5.5.7. Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de riscos (químicos, físicos, biológicos, ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física), necessariamente descrevendo a metodologia de ação e critérios técnicos adotados, identificados nos ambientes de trabalho, contendo a instrumentação utilizada;
- 6.2.5.5.7.1. A fase de avaliação quantitativa compreende a medição do risco, refere-se ao tempo em que o agente público fica exposto que somados, configuram uma situação intermitente ou contínua;
- 6.2.5.5.8. Descrição das medidas de controle existentes, inclusive as medidas de proteção individual e coletiva existentes, contendo identificação dos Equipamentos de Proteção utilizados mediante avaliação do nível de eficácia de proteção, indicando, inclusive se o EPI (CA's ativos) e o EPC são eficazes na proteção aos agentes de risco detectados, informando também sua necessidade e sua eficácia;
- 6.2.5.5.9. Qualificação da Insalubridade e/ou Periculosidade (se houver), respectivo percentual de pagamento e enquadramento com relação à aposentadoria especial, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a fundamentação legal;
- 6.2.5.5.10. Conclusão do LTCAT com assinatura e identificação do Médico do Trabalho ou Engenheiro ou Arquiteto com especialização em Segurança do Trabalho, cujos dados devem ser emitidos separadamente do PPRA e do PCMSO;
- 6.2.5.5.11. Data em que deve ser revisto o LTCAT;
- 6.2.5.6. Com as informações levantadas, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório devidamente assinado, com todas as explicações e informações importantes do laudo, apresentando um quadro geral dos riscos identificados, resultados das avaliações e enquadramento legal quanto à insalubridade, bem como, quanto a periculosidade, de forma separada, contendo:
- 6.2.5.6.1. Informação da função / cargo / CBO;
- 6.2.5.6.2. Código da GFIP para uso no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP);
- 6.2.5.6.3. Descrição do Cargo e das tarefas executadas apontando, inclusive, eventuais desvios de função;
- 6.2.5.6.4. O setor em que executa as atividades, informando a lotação (secretaria) e Secretário Responsável;
- 6.2.5.6.5. Os riscos identificados (TODOS);
- 6.2.5.6.6. O tipo de exposição (se habitual e permanente, habitual intermitente ou ainda senão há exposição);
- 6.2.5.6.7. Se existem atividades insalubres e qual o agente de risco, e o grau em que estão expostos;
- 6.2.5.7. Neste relatório, urge informar, também, se quando o agente público utiliza EPIs e EPCs adequados para a proteção, devidamente recomendados, diminuem ou até eliminam a exposição ao agente nocivo, e se diminuem qual o grau em que ele continua exposto. E se há a supressão do risco, deve constar se o uso desses equipamentos elimina o pagamento do adicional de insalubridade, nos termos do § 2º do Art. 68 da LC nº 03/2007 e do item 15.4 da NR nº15 do MET.
- 6.2.5.8. Para a emissão do LTCAT, a empresa deverá realizar todas as medições de Riscos Ambientais que se fizerem necessárias, devendo ser de sua responsabilidade providenciar os recursos e equipamentos necessários para as medições;
- 6.2.5.9. Para as medições deverá ser considerado no mínimo as seguintes quantidades:



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

TIPO	QUANTIDADE
Ruído	14
Vibração	9
Calor	18
Poeira Metálica (4 elementos)	1
Fumos Metálicos (4 elementos)	1
Sílica	1
BTX	1

6.2.6. LTIP - Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade

6.2.6.1. Elaborar, atualizar e coordenar;

6.2.7. AET - Análise Ergonômica do Trabalho

6.2.7.1. Elaborar, atualizar e coordenar;

6.2.7.2. Os resultados da AET devem integrar o PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos da NR-1, não sendo necessário anexar a avaliação ergonômica preliminar ao documento, já que o propósito da AET é identificar os perigos e fatores ergonômicos, para concluir a avaliação de risco e integrar o inventário.

6.2.7.3. Durante a realização da Análise Ergonômica, cabe a contratada avaliar cada função e atividade, as condições do local de trabalho, descrevendo métodos e boas práticas a serem adotadas para servidor com a saúde e bem-estar dos trabalhadores.

6.2.7.4. A empresa deverá apresentar uma análise ergonômica por função.

6.2.7.5. Realizar medições de todos os agentes físicos, químicos nos ambientes de trabalho, como medição de velocidade do ar, umidade do ar, temperatura do ambiente e luminosidade, conforme a NR 17.

6.2.7.6. O relatório resultante da AET deverá ser entregue com, no mínimo, os itens abaixo:

6.2.7.6.1. Descrição da função, local de trabalho e demais dados pertinentes a identificação do setor;

6.2.7.6.2. Descrição das funções executadas;

6.2.7.6.3. Descrição das atividades com impacto ergonômico (ex. carregamento de peso);

6.2.7.6.4. Avaliação do mobiliário e equipamentos utilizados pelos colaboradores;

6.2.7.6.5. Fatores ambientais que geram impacto (incluindo as medições);

6.2.7.6.6. Apresentação das medidas corretivas;

6.2.7.6.7. Registro fotográfico do ambiente analisado;

6.2.7.6.8. Implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia após implantadas;

6.2.7.6.9. Sugestões de treinamento para melhoria.

6.2.7.6.10. Recomendação de ações e modificações nos postos de trabalho;

6.2.8. Relatório de Necessidades de Placa de Sinalização

6.2.8.1. Elaborar, atualizar e coordenar;

6.2.8.2. Elaborar um Relatório de Necessidade de Placa de Sinalização indicativa de risco;

6.2.8.3. Mapear as sinalizações de risco existentes no âmbito dos locais de trabalho, mapeando detalhadamente os riscos no ambiente, tal como, colocar o tipo de sinalização identificado e indicar a cor da placa de acordo com a NR 26 e NBR 7195 para subsidiar a compra e instalação das placas no local indicado.

6.2.9. OSS - Ordem de Serviço de Segurança

6.2.9.1. Elaboração de uma Ordem de Serviço de Segurança (OSS) seguindo as recomendações mínimas destacadas pela NR 01 (Disposições Gerais) e NR 06 (Equipamento de Proteção Individual – EPI), publicadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social;

6.2.10. Serviço Técnico Especializado

6.2.10.1. Lançamento dos dados obtidos de todos os servidores no módulo SST do eSocial, conforme legislação vigente), e envio dos eventos S-2240, S-2210, S-2220, S-2221, no eSocial, assim como os eventos que venham a ser necessários nesta obrigação trabalhista;



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.2.10.2. Este serviço deve ser mantido continuamente, conforme determina a legislação que trata o eSocial.

6.2.11. Homologação de Atestados e Perícias Médicas

6.2.11.1. Realizar avaliação do empregado e do atestado apresentado, com a finalidade de apreciar a relação existente entre a doença apresentada e a quantidade de dias concedidos, conforme determinado na legislação municipal pertinente.

6.2.12. Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO - (Admissional, Demissional, Mudança de Risco, Periódico e Afastamento/Retorno ao Trabalho);

6.2.12.1. Além da avaliação clínica ocupacional, deverão ser realizados todos os exames complementares necessários, sejam eles: Toxicológico, Ácido hipúrico, Ácido Metil Hipúrico, Anti-HBS, Anti-HVC, Glicemia em Jejum, HBSAG, Hemograma Completo, Micológico de unha, Parasitológico de fezes, Urina rotina, VDRL, Acuidade Visual, Audiometria, Eletrocardiograma, Eletroencefalograma, Espirometria, RX do Tórax OIT, Teste de Romberg, entre outros determinados no cronograma definidos pelo PCMSO.

6.2.12.2. Os resultados dos exames devem ser assinados e carimbados pelo profissional que os realizou para a emissão do ASO;

6.2.12.3. Todos os exames complementares realizados devem ser entregues junto com o ASO a Divisão de Recursos Humanos.

6.2.13. Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, conforme legislação vigente.

7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10. PREPOSTO

10.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

10.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

11. FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 45, VI);

11.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 45, II);

11.4. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 45, III);

11.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 45, IV);

11.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 45, V);

11.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 45, VII).

11.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 45, VII).

11.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 45, IV).

11.10. O Fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 45, XXII).

12. GESTOR DO CONTRATO

12.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 41, I).

12.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 41, III).

12.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 41, IV).

12.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 41, V).

12.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Lei Municipal nº 1.104 de 2023, art. 41, VIII).



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

12.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12.7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.8. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto o disposto neste item.

12.9. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

12.9.1. Não produzir os resultados acordados;

12.9.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

12.9.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

12.11. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

12.11.1. Os relatórios dos serviços especializado de engenharia de segurança, medicina do trabalho e saúde ocupacional serão enviados a Secretária de Administração, após a vigência de cada mês e diante desse relatório o setor de compras e licitações emitirá e enviará a empresa contratada a nota de autorização de fornecimento para que a empresa possa emitir e encaminhar a nota fiscal de pagamento.

12.11.2. O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal correspondente aos serviços prestados, acompanhada dos relatórios de medição, dentro dos prazos estabelecidos no contrato.

13. DO RECEBIMENTO

13.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 48 e 49 da Lei Municipal 1.104 de 2023).

13.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

13.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

13.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

13.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

13.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

13.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

13.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

13.11. Os serviços serão recebidos, sob demanda no prazo de execução de contratos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

13.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

13.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

13.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

13.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14. LIQUIDAÇÃO

14.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

14.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.3.1. O prazo de validade;

14.3.2. A data da emissão;

14.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

14.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

14.3.5. O valor a pagar; e

14.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

14.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

14.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

14.6.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

14.6.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

14.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

15. PRAZO DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

15.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

16. FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. CESSÃO DE CRÉDITO

17.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

17.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

17.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

17.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

17.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

17.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

18.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

18.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL.

18.1.2.

19. REGIME DE EXECUÇÃO

19.1. O regime de execução do contrato será parcelado, conforme demanda da secretaria requisitante.

20. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

20.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

20.1.1. Habilitação jurídica:

20.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

20.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

20.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

20.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

20.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

20.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

20.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

20.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

20.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

20.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 20.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 20.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 20.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 20.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual e municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 20.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 20.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:
- 20.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 20.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 20.1.4. Qualificação Técnica:
- 20.1.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 20.1.6. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 20.1.7. Registro do profissional responsável (Médico do Trabalho) pela empresa, no CRM (Registro Regional de Medicina), em plena validade.
- 20.1.8. Médico especializado em Medicina do Trabalho.
- 20.1.8.1. Comprovante de Registro da empresa junto ao CRM – Conselho Regional de Medicina, na qual conste o profissional de nível superior legalmente habilitado (Médico do Trabalho) CRM, em plena validade.
- 20.1.9. Quanto à qualificação técnica dos profissionais deverá conter:
- 20.1.9.1. MÉDICO DO TRABALHO: prova do registro e regularidade junto ao conselho regional de medicina, com especialidade em medicina do trabalho e/ou perícia médica.
- 20.1.9.2. ENGENHEIRO E TÉCNICO DO TRABALHO: prova de registro e regularidade, junto ao órgão competente.
- 20.1.9.3. FONOAUDIÓLOGO: prova de registro e regularidade, junto ao respectivo órgão de classe.
- 20.1.10. Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES): ativo e regular.
- 20.1.11. Alvara de licença sanitário: Expedido pela entidade de domicílio ou sede da licitante;
- 20.1.12. Todos os profissionais acima qualificados, deverão fazer parte do quadro da proponente, sendo que a comprovação do vínculo com o profissional se dará da seguinte forma:
- 20.1.12.1. Se empregado: através de cópia do registro na Carteira do Trabalho; ou
- 20.1.12.2. Se prestador de serviço: através de Contrato de prestação de serviços; ou
- 20.1.12.3. Se sócio da empresa: através de cópia do contrato social registrado na Junta Comercial.
- 20.1.13. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 20.1.13.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 20.1.13.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 20.1.13.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 20.1.13.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 20.1.13.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 20.1.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 20.1.13.6.1. Ata de fundação;
- 20.1.13.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 20.1.13.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 20.1.13.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 20.1.13.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 20.1.13.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 20.1.13.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

21. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 21.1. O custo estimado total da contratação é de R\$**304.505,11** (trezentos e quatro mil, quinhentos e cinco reais e onze centavos, conforme custos unitários apostos na tabela.

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela seguinte dotação:
- 22.1.1. Ficha/Fonte:70/1500.
- 22.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Florestal, 06 março de fevereiro de 2025.

Willian Carlos da Silva
Secretário de Administração e Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Informações básicas	
A contratação da prestação de serviço especializado de engenharia de segurança, medicina do trabalho e saúde ocupacional dos servidores públicos municipais, atendendo às necessidades da Divisão de recursos Humanos – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.	
Área Requisitante:	E-mail:
Secretaria de Administração e Planejamento	administracao@florestal.mg.gov.br

1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

Serviços especializado na área de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho e de conformidade com Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR7 e NR9, entre outras), que tratam da segurança e saúde dos funcionários no local de trabalho, garantindo assim o fiel cumprimento dos direitos e deveres dos servidores e do município, por intermédio de soluções adequadas para cada caso, minimizando, assim, custos e riscos na área trabalhista.

2. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual

Conforme justificativa apresentada pela autoridade competente, a elaboração do Plano de Contratações Anual – PCA foi regulamentado pelo município em 02 de outubro de 2023, por meio do decreto nº 265, e será elaborado durante o ano de 2024 para ser executado no ano de 2025, razão pela qual o município não possui Plano de Contratação Anual em execução no presente ano.

3. Requisitos da contratação

O atendimento a demanda apresentada deve ser feito em um raio de 40 Km do município de Florestal. Os serviços deverão ser realizados com o devido acompanhamento da Divisão de Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Faz-se necessária a contratação de prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho por empresa especializada na área, a fim de elaborar, atualizar e coordenar os seguintes os seguintes programas e serviços:



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.1 - PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – Elaborar, atualizar e coordenar conforme as normas regulamentadoras, bem como as obrigações do eSocial. Deve obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano. Deverá constar:

3.1.1 Determinação de exames médicos ocupacionais e complementares, visando a emissão de ASO – Atestado de Saúde Ocupacional;

3.1.2 Definição das regras de acompanhamento e controle do estado clínico ocupacional dos servidores;

3.1.3 Quais exames médicos devem ser feitos e seus respectivos exames complementares, especificando ainda a periodicidade de cada exame nas situações de ASO Admissional, Demissional, Periódico, Retorno ao Trabalho, e Mudança de Função;

3.2 - PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – Elaborar, atualizar e coordenar. Deverá ser elaborado de acordo com a legislação vigente. Para a elaboração:

3.2.1 Deverá ser observado a antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de riscos ambientais.

3.2.2 Deverá conter a descrição e quantificação de riscos assim com a minimização ou neutralização pelo uso de EPC – Equipamento de Proteção Coletiva – ou EPI – Equipamento de Proteção Individual –, caracterizando se as atividades das funções analisadas são insalubres ou perigosas, bem como a definição do grau de insalubridade.

3.2.3 Deverá conter o Cronograma de Ações.

3.2.4 Deverá ser revisado sempre que necessário e de acordo com o prazo previsto na legislação vigente, devendo ser feito a análise global, avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de metas e prioridades.

3.3 - LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – Elaborar, atualizar e coordenar. Deverá ser emitido por Engenheiro de Segurança do trabalho e/ou Médico do Trabalho, devidamente qualificado, para fins e comprovação de agentes nocivos, prejudiciais a saúde ou a integridade física, conforme normas regulamentadoras e outras legislações aplicáveis.

3.3.1 Deverá proceder com a devida atualização sempre que houver alteração nas atividades do cargo/função e do local de trabalho e quando da admissão de novos cargos, sempre conforme o previsto na legislação vigente;

3.3.2 O LTCAT deve ser composto por laudos setoriais para fins de comprovação da exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou integridade física do servidor, devendo conter:

3.3.2.1 A identificação do fator de risco:

3.3.2.1.1 Riscos Físicos: ruídos, vibrações, radiações, frio, calor, umidade, pressões anormais, umidade, etc;

3.3.2.1.2 Riscos Químicos: poeiras, gases, vapores, fumos, neblinas, névoas, substâncias, compostas ou produtos químicos, etc;

3.3.2.1.3 Riscos Biológicos: vírus, bactérias, fungos, parasitas, protozoários, bacilos e etc;



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 3.3.2.1.4** Riscos Ergonômicos: esforços físicos, exigência de postura inadequada, trabalho noturno, transporte manual de peso, repetitividade, exposição de ritmos excessivos, etc;
- 3.3.2.1.5** Riscos de Acidentes: choque, trabalho em altura, acidente de trânsito, Máquinas e equipamentos com proteção inadequada, produtos inflamáveis, radiações ionizantes ou substâncias radioativas, animais peçonhentos, etc.
- 3.3.2.2** A determinação e localização das possíveis fontes geradoras;
- 3.3.2.3** A identificação das possíveis trajetórias e dos meios de propagação dos agentes no ambiente de trabalho;
- 3.3.2.4** A identificação das funções e determinação do número de trabalhadores expostos;
- 3.3.2.5** A caracterização das atividades e do tipo da exposição aos agentes físicos, químicos e biológicos, bem como, aos agentes perigosos;
- 3.3.2.6** A obtenção de dados existentes na empresa, indicativos de possível comprometimento da saúde decorrente do trabalho;
- 3.3.2.7** A descrição das medidas de controle já existentes e a serem implantadas;
- 3.3.2.8** Determinação da caracterização de aposentadoria especial;
- 3.3.2.9** A quantificação dos agentes nocivos;
- 3.3.2.10** A descrição e quantificação de riscos, minimização ou neutralização pelo uso de EPC – Equipamento de Proteção Coletivo ou EPI – Equipamento de Proteção Individual (com CA's ativos);
- 3.3.2.11** O reconhecimento dos riscos ambientais;
- 3.3.2.12** A avaliação e controle de riscos ambientais;
- 3.3.2.13** A conclusão de exposição a riscos ambientais;
- 3.3.2.14** A Norma Regulamentadora 15 do Ministério do Trabalho, que trata das atividades e operações insalubres;
- 3.3.2.15** A Norma Regulamentadora 16 – NR 16, do Ministério do Trabalho, que trata das atividades e operações perigosas;
- 3.3.2.16** Medição dos agentes nocivos identificados devem ser através de equipamentos adequados e devidamente calibrados.
- 3.3.3** As ações do LTCAT contemplam, minimamente, os seguintes serviços:
- 3.3.3.1** Descrição e análise detalhada de cada atividade exercida, do ambiente de trabalho e das máquinas e equipamentos utilizados pelos agentes públicos no exercício de sua função;
- 3.3.3.2** Identificação do setor, da função e da atividade;
- 3.3.3.3** Identificação de agente nocivo capaz de causar danos à saúde e integridade física, arrolado na Legislação Previdenciária;
- 3.3.3.4** Localização das possíveis fontes geradoras, via de exposição e periodicidade de exposição ao agente nocivo;



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.3.3.5 Identificação dos respectivos riscos ocupacionais e seus agentes nocivos, expressando a extensão dos trabalhos executados, abrangendo a caracterização das ocorrências de trabalhos em condições insalubres ou perigosas, nos termos das NRs 15 e 16, da Portaria MTE 3.214/1978 e Decreto nº 93.421/1986 e IN INSS 77/2015;

3.3.3.6 Medições dos agentes nocivos identificados, com equipamentos adequados e devidamente calibrados, bem como análises laboratoriais. Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de riscos (químicos, físicos, biológicos, ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física), necessariamente descrevendo a metodologia de ação e critérios técnicos adotados, identificados nos ambientes de trabalho, contendo a instrumentação utilizada;

3.3.3.7 A fase de avaliação quantitativa compreende a medição do risco, refere-se ao tempo em que o agente público fica exposto que somados, configuram uma situação intermitente ou contínua;

3.3.3.8 Descrição das medidas de controle existentes, inclusive as medidas de proteção individual e coletiva existentes, contendo identificação dos Equipamentos de Proteção utilizados mediante avaliação do nível de eficácia de proteção, indicando, inclusive se o EPI (CA's ativos) e o EPC são eficazes na proteção aos agentes de risco detectados, informando também sua necessidade e sua eficácia;

3.3.3.9 Qualificação da Insalubridade e/ou Periculosidade (se houver), respectivo percentual de pagamento e enquadramento com relação à aposentadoria especial, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a fundamentação legal;

3.3.3.10 Conclusão do LTCAT com assinatura e identificação do Médico do Trabalho ou Engenheiro ou Arquiteto com especialização em Segurança do Trabalho, cujos dados devem ser emitidos separadamente do PPRA e do PCMSO;

3.3.3.11 Data em que deve ser revisto o LTCAT;

3.3.4 Com as informações levantadas, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório devidamente assinado, com todas as explicações e informações importantes do laudo, apresentando um quadro geral dos riscos identificados, resultados das avaliações e enquadramento legal quanto à insalubridade, bem como, quanto a periculosidade, de forma separada, contendo:

3.3.1 Informação da função / cargo / CBO;

3.3.2 Código da GFIP para uso no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP);

3.3.3 Descrição do Cargo e das tarefas executadas apontando, inclusive, eventuais desvios de função;

3.3.4 O setor em que executa as atividades, informando a lotação (secretaria) e Secretário Responsável;

3.3.5 Os riscos identificados (TODOS);

3.3.6 O tipo de exposição (se habitual e permanente, habitual intermitente ou ainda senão há exposição);

3.3.7 Se existem atividades insalubres e qual o agente de risco, e o grau em que estão expostos;

3.3.8 Neste relatório, urge informar, também, se quando o agente público utiliza EPIs e EPCs adequados para a proteção, devidamente recomendados, diminuem ou até eliminam a exposição ao agente nocivo, e se diminuem qual o grau em que ele continua exposto. E se há a supressão do risco, deve constar se o uso desses



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

equipamentos elimina o pagamento do adicional de insalubridade, nos termos do § 2º do Art. 68 da LC nº 03/2007 e do item 15.4 da NR nº 15 do MET.

3.3.9 Para a emissão do LTCAT, a empresa deverá realizar todas as medições de Riscos Ambientais que se fizerem necessárias, devendo ser de sua responsabilidade providenciar os recursos e equipamentos necessários para as medições;

3.3.10 Para as medições deverá ser considerado no mínimo as seguintes quantidades:

RISCOS AMBIENTAIS	
Tipo	Quantidade
Ruído	14
Vibração	9
Calor	18
Poeira Metálica (4 elementos)	1
Fumos Metálicos (4 elementos)	1
Sílica	1
BTX	1

3.4 **LTIP - Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade** – Elaborar, atualizar e coordenar;

3.5 **Análise Ergonômica do Trabalho** – Elaborar, atualizar e coordenar;

3.5.1 Os resultados da AET devem integrar o PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos da NR-1, não sendo necessário anexar a avaliação ergonômica preliminar ao documento, já que o propósito da AET é identificar os perigos e fatores ergonômicos, para concluir a avaliação de risco e integrar o inventário.

3.5.2 Durante a realização da Análise Ergonômica, cabe a contratada avaliar cada função e atividade, as condições do local de trabalho, descrevendo métodos e boas práticas a serem adotadas para servidor com a saúde e bem-estar dos trabalhadores.

3.5.3 A empresa deverá apresentar uma análise ergonômica por função.

3.5.4 Realizar medições de todos os agentes físicos, químicos nos ambientes de trabalho, como medição de velocidade do ar, umidade do ar, temperatura do ambiente e luminosidade, conforme a NR 17.

3.5.5 O relatório resultante da AET deverá ser entregue com, no mínimo, os itens abaixo:

3.5.5.1 Descrição da função, local de trabalho e demais dados pertinentes a identificação do setor;

3.5.5.2 Descrição das funções executadas;

3.5.5.3 Descrição das atividades com impacto ergonômico (ex. carregamento de peso)

3.5.5.4 Avaliação do mobiliário e equipamentos utilizados pelos colaboradores;

3.5.5.5 Fatores ambientais que geram impacto (incluindo as medições);

3.5.5.6 Apresentação das medidas corretivas;

3.5.5.7 Registro fotográfico do ambiente analisado;

3.5.5.8 Implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia após implantadas;



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.5.5.9 Sugestões de treinamento para melhoria.

3.5.5.10 Recomendação de ações e modificações nos postos de trabalho;

3.6 **Relatório de Necessidades de Placa de Sinalização** – Elaborar, atualizar e coordenar;

3.6.1 Elaborar um Relatório de Necessidade de Placa de Sinalização indicativa de risco. Mapear as sinalizações de risco existentes no âmbito dos locais de trabalho, mapeando detalhadamente os riscos no ambiente, tal como, colocar o tipo de sinalização identificado e indicar a cor da placa de acordo com a NR 26 e NBR 7195 para subsidiar a compra e instalação das placas no local indicado.

3.7 **Ordem de Serviço de Segurança - OSS** - Elaboração de uma Ordem de Serviço de Segurança (OSS) seguindo as recomendações mínimas destacadas pela NR 01 (Disposições Gerais) e NR 06 (Equipamento de Proteção Individual – EPI), publicadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social;

3.8 **Serviço Técnico Especializado** - Lançamento dos dados obtidos de todos os servidores no módulo SST do eSocial, conforme legislação vigente), e envio dos eventos S-2240, S-2210, S-2220, S-2221, no eSocial, assim como os eventos que venham a ser necessários nesta obrigação trabalhista;

3.8.1 Este serviço deve ser mantido continuamente, conforme determina a legislação que trata o eSocial.

3.9 **Homologação de Atestados e Perícias Médicas** - realizar avaliação do empregado e do atestado apresentado, com a finalidade de apreciar a relação existente entre a doença apresentada e a quantidade de dias concedidos, conforme determinado na legislação municipal pertinente.

3.10 **Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO** - (Admissional, Demissional, Mudança de Risco, Periódico e Afastamento/Retorno ao Trabalho);

3.10.1 Além da avaliação clínica ocupacional, deverão ser realizados todos os exames complementares necessários, sejam eles: Toxicológico, Ácido hipúrico, Ácido Metil Hipúrico, Anti-HBS, Anti-HVC, Glicemia em Jejum, HBSAG, Hemograma Completo, Micológico de unha, Parasitológico de fezes, Urina rotina, VDRL, Acuidade Visual, Audiometria, Eletrocardiograma, Eletroencefalograma, Espirometria, RX do Tórax OIT, Teste de Romberg, entre outros determinados no cronograma definidos pelo PCMSO.

3.10.2 Os resultados dos exames devem ser assinados e carimbados pelo profissional que os realizou para a emissão do ASO;

3.10.3 Todos os exames complementares realizados devem ser entregues junto com o ASO a Divisão de Recursos Humanos.

3.11 Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, conforme legislação vigente;

4 **Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala**

A presente demanda está diretamente vinculada à necessidade de atendimento às legislações vigentes e a estimativa de quantidade de serviços foi levantada considerando o atual quantitativo de servidores efetivos e contratados assim como o histórico de admissão e demissão nos anos anteriores.



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL ESTADO DE MINAS GERAIS

5 Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação (apresentados no item anterior), a EQUIPE DE PLANEJAMENTO realizou o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

I – O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

I – Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados;

III - Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido;

IV - Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

V - A contratação dos serviços, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente e indispensável aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

VI - Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

8. Descrição da solução como um todo

Pelas justificativas apresentadas, a solução técnica escolhida é o **menor preço** na modalidade de licitação Pregão eletrônico, alinhado com a necessidade da Administração, a natureza da solução, os riscos envolvidos na contratação e os custos obtidos no levantamento de preços, conforme apresentada no Termo de Referência.

Os serviços deverão ser elaborados e executados de conformidade com a legislação vigente, incluindo as obrigações a serem enviadas para o eSocial e, por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado na legislação pertinente, visando assim, cumprir a legislação vigente, bem como garantir a qualidade e idoneidade dos serviços prestados.

9. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL
FLORESTAL
ESTADO DE MINAS GERAIS

Para a estimativa das quantidades, efetuou-se o levantamento de todos os possíveis itens a serem licitados e quantitativos necessários para o atendimento da demanda, conforme quadro a seguir:

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA, MEDICINA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL					
ITEM	UN.	QTDE	DISCRIMINAÇÃO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1.	Serv.	1	SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO Elaboração do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. O documento será apresentado de forma impressa e digital.	R\$ 11.200,00	R\$ 11.200,00
2.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO Elaboração do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. O documento deve ser apresentado de forma impressa e digital.	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
3.	Serv.	1	LAUDO TÉCNICO Elaboração do LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho). O documento será apresentado de forma impressa e digital.	R\$ 17.850,00	R\$ 17.850,00
4.	Serv.	1	LAUDO TÉCNICO Elaboração de Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP	R\$ 9.500,00	R\$ 9.500,00
5.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO Análise Ergonômica do Trabalho	R\$ 15.200,00	R\$ 15.200,00
6.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO Relatório de Necessidades de Placa de Sinalização	R\$ 4.900,00	R\$ 4.900,00
7.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO Elaboração de uma Ordem de Serviço de Segurança (OSS) seguindo as recomendações mínimas destacadas pela NR 01 (Disposições Gerais) e NR 06 (Equipamento de Proteção Individual – EPI), publicadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.	R\$ 700,00	R\$ 700,00
8.	Serv.	600	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO - PROCESSAMENTO DE DADOS Lançamento dos dados obtidos de todos os servidores no módulo SST do eSocial, conforme legislação vigente), e envio dos eventos S-2240 – eSocial;	R\$ 12,50	R\$ 7.500,00
9.	Serv.	650	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (Admissional, Demissional, Mudança de Risco, Periódico e Afastamento/Retorno ao Trabalho), e envio dos eventos S-2220 - eSocial;	R\$ 12,50	R\$ 8.125,00
10.	Serv.	50	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO	R\$ 59,00	R\$ 2.950,00



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

			Preenchimento de Comunicado de Acidente do Trabalho CAT), e envio dos eventos S-2210 – eSocial;		
11.	Serv.	325	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário, conforme legislação vigente;	R\$ 100,00	R\$ 32.500,00
12.	Serv.	120	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Homologação de Atestados e Perícias Médicas	R\$ 200,00	R\$24.000,00
13.	Serv.	50	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Lançamento dos dados obtidos de todos os servidores no módulo SST do eSocial, conforme legislação vigente), e envio dos eventos S-2221 – eSocial;	R\$12,50	R\$625,00
14.	Serv.	50	EXAME LABORATORIAL Toxicológico	R\$227,00	R\$11.350,00
15.	Serv.	5	EXAME LABORATORIAL Ácido hipúrico	R\$30,00	R\$150,00
16.	Serv.	5	EXAME LABORATORIAL Ácido Metil Hipúrico	R\$30,00	R\$150,00
17.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL Anti-HBS	R\$32,50	R\$3.270,00
18.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL Anti-HVC	R\$32,00	R\$3.200,00
19.	Serv.	600	EXAME LABORATORIAL Glicemia em Jejum	R\$11,11	R\$6.666,00
20.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL HBSAG	R\$39,00	R\$3.900,00
21.	Serv.	600	EXAME LABORATORIAL Hemograma Completo	R\$12,82	R\$7.692,00
22.	Serv.	80	EXAME LABORATORIAL Micológico de unha	R\$38,00	R\$3.040,00
23.	Serv.	60	EXAME LABORATORIAL Parasitológico de fezes	R\$11,97	R\$718,20
24.	Serv.	80	EXAME LABORATORIAL Urina rotina	R\$11,97	R\$957,60
25.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL VDRL	R\$15,70	R\$1570,00
26.	Serv.	200	Acuidade Visual	R\$28,00	R\$5.600,00
27.	Serv.	100	Audiometria	R\$45,00	R\$4.500,00
28.	Serv.	100	Eletrocardiograma	R\$45,00	R\$4.500,00
29.	Serv.	100	Eletroencefalograma	R\$55,00	R\$4.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

30.	Serv.	70	Espirometria	R\$55,00	R\$3.850,00
31.	Serv.	70	RX do Tórax OIT	R\$70,00	R\$4.900,00
32.	Serv.	70	Teste de Romberg	R\$35,00	R\$2.450,00
33.	Serv.	600	Exame Clínico	R\$65,00	R\$39.000,00
VALOR TOTAL				260.013,80	

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto não será parcelado, pois são serviços correlatos e que devem ser elaborados e gerenciados por uma mesma empresa. Ademais, lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de todo o processo de contratação: fornecimento, tempestividade e garantias dos serviços. Desse modo a licitação deverá ser composta por um único grupo para aquisição dos serviços.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos

O objetivo principal dos resultados pretendidos com a contratação é atender às necessidades obrigatórias de continuidade dos serviços que visam atender e assessorar as demandas do município na área de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho. A contratação visa estender a todos os servidores as regulamentações concernentes. Além disso, a contratação visa possibilitar o atendimento ao que dispõe o Manual de Orientação do eSocial em seu item 19 e Decreto Federal nº 8.373/2414.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato

Para a contratação pretendida não se faz necessária a adoção de medidas prévias pela Administração.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para sua completa prestação. No presente caso, após verificação dos itens a serem contratados, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

14. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes desta contratação.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

Com base na análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar e nas especificações técnicas detalhadas, assim como no planejamento orçamentários disponível para subsidiar esta demanda, concluímos que a contratação da prestação de serviço especializado de engenharia de segurança, medicina do trabalho e saúde ocupacional é a melhor alternativa para atender às necessidades da Secretária de Administração e Planejamento.

Tendo em vista a disponibilidade deste objeto no mercado, os estudos preliminares evidenciaram que contratação dos serviços descritos se mostram tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida considerando ainda, que a continuidade desse tipo de serviço é obrigatória para cumprimento da legislação vigente junto aos empregados.

Florestal, 06 de março de 2025.

Willian Carlos da Silva
Equipe de Planejamento da Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL/ MG

(Processo Administrativo nº010/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/..., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FLORESTAL E
.....

O Município de Florestal, com sede no (a) Rua Benedito Valadares, nº243, bairro centro, CEP: 35.690-000, na cidade de Florestal/MG, inscrito (a) no CNPJ sob o nº18.313.833/0001-78, neste ato representado(a) pelo(a) Wagner dos Santos Junior, inscrito no CPF sob o nº 073.389.806-83, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº*, *sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço especializado de engenharia de segurança, medicina do trabalho e saúde ocupacional dos servidores públicos municipais, atendendo as necessidades da Divisão de recursos Humanos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA, MEDICINA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL					
ITEM	UN.	QTDE	DISCRIMINAÇÃO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1.	Serv.	1	SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO Elaboração do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. O documento será apresentado de forma impressa e digital.		
2.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO		



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

			Elaboração do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. O documento deve ser apresentado de forma impressa e digital.		
3.	Serv.	1	LAUDO TÉCNICO Elaboração do LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho). O documento será apresentado de forma impressa e digital.		
4.	Serv.	1	LAUDO TÉCNICO Elaboração de Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP		
5.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO Análise Ergonômica do Trabalho		
6.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO Relatório de Necessidades de Placa de Sinalização		
7.	Serv.	1	SERVIÇO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO Elaboração de uma Ordem de Serviço de Segurança (OSS) seguindo as recomendações mínimas destacadas pela NR 01 (Disposições Gerais) e NR 06 (Equipamento de Proteção Individual – EPI), publicadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.		
8.	Serv.	600	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO - PROCESSAMENTO DE DADOS Lançamento dos dados obtidos de todos os servidores no módulo SST do eSocial, conforme legislação vigente), e envio dos eventos S-2240 – eSocial;		
9.	Serv.	650	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (Admissional, Demissional, Mudança de Risco, Periódico e Afastamento/Retorno ao Trabalho), e envio dos eventos S-2220 - eSocial;		
10.	Serv.	50	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Preenchimento de Comunicado de Acidente do Trabalho CAT), e envio dos eventos S-2210 – eSocial;		
11.	Serv.	325	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário, conforme legislação vigente;		
12.	Serv.	120	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Homologação de Atestados e Perícias Médicas		
13.	Serv.	50	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO Lançamento dos dados obtidos de todos os servidores no módulo SST do eSocial, conforme legislação vigente), e envio dos eventos S-2221 – eSocial;		
14.	Serv.	50	EXAME LABORATORIAL Toxicológico		



PREFEITURA MUNICIPAL
FLORESTAL
ESTADO DE MINAS GERAIS

15.	Serv.	5	EXAME LABORATORIAL Ácido hipúrico		
16.	Serv.	5	EXAME LABORATORIAL Ácido Metil Hipúrico		
17.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL Anti-HBS		
18.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL Anti-HVC		
19.	Serv.	600	EXAME LABORATORIAL Glicemia em Jejum		
20.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL HBSAG		
21.	Serv.	600	EXAME LABORATORIAL Hemograma Completo		
22.	Serv.	80	EXAME LABORATORIAL Micológico de unha		
23.	Serv.	60	EXAME LABORATORIAL Parasitológico de fezes		
24.	Serv.	80	EXAME LABORATORIAL Urina rotina		
25.	Serv.	100	EXAME LABORATORIAL VDRL		
26.	Serv.	200	Acuidade Visual		
27.	Serv.	100	Audiometria		
28.	Serv.	100	Eletrocardiograma		
29.	Serv.	100	Eletroencefalograma		
30.	Serv.	70	Espirometria		
31.	Serv.	70	RX do Tórax OIT		
32.	Serv.	70	Teste de Romberg		
33.	Serv.	600	Exame Clínico		
VALOR TOTAL					

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50. % (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1 Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.1.1.1 Será admitida a subcontratação do objeto contratual, exclusivamente para os itens 14 a 25, desde que os valores da subcontratação referente aos itens mencionados não ultrapassem 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato.

4.1.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.1 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL ESTADO DE MINAS GERAIS

4. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/10/2024.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM (Índice Geral de Preço do Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

7.5 Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.6 Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10 A Administração terá o prazo de *10(dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual, Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- ii. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

v. **Multa:**

- 1. Moratória de 0,5. % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa



PREFEITURA MUNICIPAL

FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

12.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1 Fonte de Recursos:

Ficha/Fonte: 70/1500

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL FLORESTAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

Florestal, ____ de fevereiro de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-